

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2026

Processo Eletrônico nº 7903/2026

Lei Federal nº 14.133/2021 – Art. 75, Inciso II

RESUMO DOS DADOS DA DISPENSA

Número do Processo:	7903/2026
Modalidade:	Dispensa de Licitação – Eletrônica
Número da Dispensa:	010/2026
Data da Sessão de Disputa:	___/___/2026
Horário da Disputa de Lances:	Das 09h00 às 11h00 (horário de Brasília-DF)
Plataforma Eletrônica:	www.licitanet.com.br
Critério de Julgamento:	Menor Preço Global
Exclusivo MEI/ME/EPP:	Sim, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006
Benefício Regional:	Aplicável – Lei Municipal nº 3.696/PMC/2016
Valor Estimado:	R\$ 33.999,99 (Trinta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)
Intervalo Mínimo entre Lances:	R\$ 0,01 (um centavo)
Instrumento Contratual:	Contrato, Nota de Empenho, Carta-Contrato ou Autorização de Fornecimento
Agente de Contratação:	JHONATHAN CARDOSO SILVA – Portaria nº 011/PMC/2026
E-mail para Contato:	cacoal.pregoeiros@gmail.com
Unidade Requisitante:	Secretaria Municipal de Cultura – SEMC
Dotação Orçamentária:	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ Fonte: 15000000 Reduzido: 294



1. OBJETO.

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL/RO, através do Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 11/Gabinete do Prefeito/2026, com sede Complexo Genézio Lima(Beira Rio) - R. São Francisco – Industrial, 76967-710, na cidade de Cacoal Estado de Rondônia torna público que, devidamente autorizada pela Autoridade Competente, na forma do disposto no **Processo Administrativo n.º 7903/2026**, que no dia, hora e local indicados no presente aviso, será realizada dispensa na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos do Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024 e da Instrução Normativa nº 004/2024/PMC.

1.2. OBJETIVANDO:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS MUSICAIS, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE CONJUNTO MUSICAL (BANDA REGIONAL) COMPLETO, COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 05 (CINCO) MÚSICOS PROFISSIONAIS, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE ENSAIOS TÉCNICOS, AO ACOMPANHAMENTO MUSICAL DOS PARTICIPANTES DO “FERCACAÚ” – FESTIVAL DA CANÇÃO DO CAFÉ E DO CACAU, BEM COMO À EXECUÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS DURANTE A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA 5ª EDIÇÃO DA “CAFECAU – SEMANA MUNICIPAL DO CAFÉ E DO CACAU”, A SER REALIZADA NO PERÍODO DE 26 A 28 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO.

Os serviços compreendem:

- a) Ensaios Técnicos: Realização de ensaios prévios nos dias **24 e 25 de junho de 2026, compreendendo os turnos matutino, vespertino e noturno, com carga horária mínima de 06 (seis) horas e máxima de 09 (nove) horas diárias, em 03 (três) períodos de no mínimo 02 (duas) e no máximo 03 (três) horas cada.**
- b) Acompanhamento Musical ao Vivo: **Suporte técnico-artístico aos candidatos classificados nas categorias Gospel Regional, Popular Regional e Kids Regional do FERCACAÚ, nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2026.**
- c) Shows Próprios da Banda: Execução de apresentações musicais da própria banda contratada nos dias 26 e 27 de junho de 2026, com duração mínima de 02 (duas) horas e máxima de 04 (quatro) horas por apresentação, excluídos os períodos de passagem e regulagem de som.

Composição mínima obrigatória da banda:

- 01 (um) Baterista
- 01 (um) Contrabaixista
- 01 (um) Guitarrista
- 01 (um) Violonista



01 (um) Tecladista ou Sanfoneiro

Cronograma preliminar de execução

DATA	ATIVIDADE
24/06/2026	Ensaio Técnico – Turnos Matutino, Vespertino e Noturno (início às 08h00min)
25/06/2026	Ensaio Técnico – Turnos Matutino, Vespertino e Noturno
26/06/2026	Festival Gospel Regional – 20h00min Apresentação Musical da Banda Contratada
27/06/2026	Festival Popular Regional – 20h00min Apresentação Musical da Banda Contratada
28/06/2026	Festival Kids Regional – 20h00min

O FERCACAU será dividido em 03 (três) categorias – Gospel Regional, Popular Regional e Kids Regional –, cada qual com 10 (dez) classificados aptos à apresentação. Todas as despesas relativas a transporte, alimentação, hospedagem, ensaios, operação, disponibilização de instrumentos e equipamentos de som correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

Os serviços serão executados no Complexo Beira Rio e demais espaços definidos pela SEMC, todos no Município de Cacoal/RO.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR ESTIMADO.

QUADRO RESUMO – DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E CUSTO ESTIMADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE CONJUNTO MUSICAL/BANDA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO MUSICAL DOS CALOUROS PARTICIPANTES DO “FERCACAU”, BEM COMO DOS ARTISTAS LOCAIS DURANTE A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA 5ª EDIÇÃO DA CAFECAU, EVENTO QUE SERÁ REALIZADO ENTRE OS DIAS 26 E 28 DE JUNHO DE 2026, GARANTINDO SUPORTE	SERVIÇO	03	R\$ 11.333,33	R\$ 33.999,99



	<p>TÉCNICO E ARTÍSTICO ADEQUADO ÀS APRESENTAÇÕES CULTURAIS.</p> <p>1 - RESSALTA-SE QUE A BANDA CONTRATADA REALIZARÁ, ALÉM DAS APRESENTAÇÕES OFICIAIS, 02 (DOIS) DIAS DE ENSAIOS PRÉVIOS COM OS ARTISTAS PARTICIPANTES DO SHOW DE CALOUROS, PROPORCIONANDO ALINHAMENTO MUSICAL, ORGANIZAÇÃO DAS PERFORMANCES E MAIOR QUALIDADE TÉCNICA NAS APRESENTAÇÕES AO PÚBLICO PRESENTE.</p> <p>2 - SOBRE OS ENSAIOS E APRESENTAÇÕES DO SHOW DE CALOUROS: A CONTRATADA DEVERÁ ESTAR DISPONÍVEL NO MUNICÍPIO NO DIA 24 DE JUNHO DE 2026, IMPRETERIVELMENTE ÀS 08H00MIN, PARA INÍCIO DOS ENSAIOS, QUE SERÃO DIVIDIDOS EM 03 (TRÊS) PERÍODOS, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 02 (DUAS) HORAS E MÁXIMA DE 03 (TRÊS) HORAS POR PERÍODO, COMPREENDENDO OS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, TOTALIZANDO CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 06 (SEIS) HORAS E MÁXIMA DE 09 (NOVE) HORAS DIÁRIAS DE ENSAIO.</p> <p>3 - A CONTRATADA REALIZARÁ O ACOMPANHAMENTO MUSICAL DOS CALOUROS DURANTE AS APRESENTAÇÕES DO “FERCACAU” NOS 03 (TRÊS) DIAS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO, ENTRE OS DIAS 26 E 28 DE JUNHO DE 2026, EM HORÁRIOS DEFINIDOS CONFORME A PROGRAMAÇÃO OFICIAL.</p> <p>4 - A BANDA CONTRATADA TAMBÉM DEVERÁ EXECUTAR SHOW MUSICAL PRÓPRIO NOS DIAS 26 E 27 DE JUNHO DE 2026, DURANTE A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA 5ª EDIÇÃO DA CAFECAU –</p>				
--	--	--	--	--	--



	<p>SEMANA MUNICIPAL DO CAFÉ E DO CACAU, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 02 (DUAS) HORAS E MÁXIMA DE 04 (QUATRO) HORAS POR APRESENTAÇÃO, EXCLUÍDOS OS PERÍODOS DESTINADOS À PASSAGEM E REGULAGEM DE SOM. OS HORÁRIOS DE INÍCIO DAS APRESENTAÇÕES SERÃO DEFINIDOS PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO, CONFORME A PROGRAMAÇÃO OFICIAL.</p> <p>5 - COMPOSIÇÃO MÍNIMA EXIGIDA - BANDA MUSICAL COMPLETA COMPOSTA DE NO MÍNIMO: 1 (UM) BATERISTA, 1 (UM) CONTRABAIXISTA, 1 (UM) GUITARRISTA, 1(UM) VIOLONISTA, 1 (UM) TECLADISTA OU SANFONEIRO</p> <p>6 – O “FERCACAU” SERÁ DIVIDIDO EM 03 (TRÊS) CATEGORIAS: • GOSPEL REGIONAL; • POPULAR REGIONAL; • KIDS REGIONAL. CADA CATEGORIA CONTARÁ COM 10 (DEZ) CLASSIFICADOS APTOS À APRESENTAÇÃO, CONFORME O CRONOGRAMA ABAIXO: • FESTIVAL GOSPEL REGIONAL – 26 DE JUNHO DE 2026 – 20H00MIN; •FESTIVAL POPULAR REGIONAL – 27 DE JUNHO DE 2026 – 20H00MIN; • FESTIVAL KIDS REGIONAL – 28 DE JUNHO DE 2026 – 20H00MIN.</p> <p>7 - AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, ENSAIOS, OPERAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS DE SOM E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CORRERÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p>				
--	--	--	--	--	--



3. DISPOSIÇÕES LEGAIS.

3.1. O presente procedimento será regido pelas seguintes normas:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- **Lei Complementar nº 123/2006** e suas alterações (tratamento diferenciado para ME/EPP/MEI);
- **Lei Municipal nº 3.696/PMC/2016** – Benefício Regional para MEI/ME/EPP;
- **Lei Municipal nº 4.770/PMC/2021** – Institui a Semana Municipal do Café e do Cacau;
- **Lei Municipal nº 5.491/PMC/2024** – "Lei do Artista da Casa";
- **Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024** – Regulamenta a Lei de Licitações no âmbito municipal;
- **Instrução Normativa nº 004/2024/PMC** – Dispõe sobre o Sistema de Dispensa Eletrônica;
- **Instrução Normativa nº 002/CGM/2025;**
- **Instrução Normativa SEGES nº 65/2021** – Pesquisa de preços.

3.2. A presente dispensa de licitação fundamenta-se no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (com valores atualizados pelo Decreto Federal nº 12.807/2025)**, tendo em vista que o valor estimado da contratação é de R\$ 33.999,99 (trinta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), **inferior ao limite de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).**

Art. 75. É dispensável a licitação:

II – Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras, conforme valores atualizados pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.

4. RECURSO ORÇAMENTARIO.

Ação Programática:	30.001.13.392.0033.2.295 – Manutenção dos Atos Culturais – SEMC
Classificação Funcional:	13.392.0033.2.295
Elemento de Despesa:	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Subelemento:	99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



Fonte de Recursos:	15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos – Exercício Corrente
Reduzido:	294
Valor Total Estimado:	R\$ 33.999,99 (Trinta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

5. INFORMAÇÕES DE ACESSO E ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA.

Data de Abertura:	___/___/2026
Horário da Disputa de Lances:	Das 09h00 às 11h00 (horário de Brasília-DF)
Plataforma Eletrônica:	www.licitanet.com.br
Transparência/Portal:	https://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/1/licitacoes
Portal Nacional:	https://pncp.gov.br/
Agente de Contratação:	JHONATHAN CARDOSO SILVA – Portaria nº 011/PMC/2026
Endereço:	Complexo Genézio Lima – R. São Francisco S/N – Industrial – Cacoal/RO – CEP: 76967-710
E-mail:	cacoal.pregoeiros@gmail.com Fone: (69) 3907-4093

O aviso e seus anexos estão à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos acima indicados e no site www.licitanet.com.br, onde será realizada a sessão de disputa.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

6.1. O julgamento das propostas obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza integrada e indivisível do objeto, cuja fragmentação comprometeria a padronização técnica, a integração musical dos profissionais e a qualidade artística das apresentações.

7. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.



- 7.1. Somente poderão participar desta dispensa eletrônica os interessados cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto da contratação, que atendam a todas as exigências deste aviso e da legislação aplicável, e que estejam devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br.
- 7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de cadastro prévio, com login e senha pessoal e intransferível, obtidos junto à LICITANET. O custo de operacionalização pela utilização da plataforma eletrônica ficará a cargo do licitante.
- 7.3. A participação na dispensa eletrônica dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e do encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observadas a data e o horário limite estabelecidos.
- 7.4. O licitante é responsável exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.
- 7.5. A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL-RO.

7.6. NÃO PODERÃO PARTICIPAR desta dispensa eletrônica:

- I. Licitantes detentores de sanção que impeça a participação ou a futura contratação, consultados os cadastros: CEIS (CGU), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade (CNJ), Lista de Inidôneos (TCU) e SICAF.
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na gestão do contrato, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.
- III. Empresas controladoras, controladas ou coligadas entre si, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.
- IV. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista que a natureza do objeto exige execução direta, integrada e personalíssima dos serviços, não configurando o objeto complexidade ou vulto que justifique essa modalidade associativa.
- V. Pessoas físicas ou jurídicas condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação, por exploração de trabalho infantil ou submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo.
- VI. Agentes públicos do órgão ou entidade licitante.
- VII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- VIII. Autores do anteprojeto, projeto básico ou executivo, quando a licitação versar sobre serviços ou bens a eles relacionados

8. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DE PROPOSTA INICIAL.



- 8.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso, encaminhará exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 8.2. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais e nas convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, bem como os custos de transporte, alimentação, hospedagem, instrumentos musicais e equipamentos de som da equipe contratada.
- 8.4. Uma vez enviada a proposta no sistema, o fornecedor NÃO poderá retirá-la, substituí-la ou modificá-la.
- 8.5. **No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá assinalar os campos relativos às declarações exigidas no sistema, especialmente:**
- a) Inexistência de fatos impeditivos para habilitação;
 - b) Enquadramento, quando aplicável, como ME/EPP/MEI nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
 - c) Ciência e concordância com as condições do aviso e seus anexos;
 - d) Responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema;
 - e) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência (art. 93 da Lei nº 8.213/1991);
 - f) Não emprego de menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem de menor de 16 anos, salvo aprendiz a partir de 14 anos (art. 7º, XXXIII, CF/88).

9. DA FASE DE LANCES.

- 9.1. A sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema no horário indicado no preâmbulo, para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 9.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor total global. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao do último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, com intervalo mínimo entre lances de **R\$ 0,01 (um centavo) menor que o valor do último lance.**
- 9.3. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.4. Encerrada a fase de lances, o sistema identificará o fornecedor detentor da melhor proposta, que será convocado a apresentar a documentação de habilitação.
- 9.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.



- 9.6.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 9.8.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

9.9. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI'S NO AMBITO MUNICIPAL.

9.9.1. Na disputa de itens de participação Exclusiva ou Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

9.9.2. Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local, regional ou estadualmente, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

- a)** aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas local, regional, ou estadual sejam iguais ou até dez por cento superior ao menor preço.
- b)** nos termos da Lei Municipal 3.696/PMC/2016, nos itens destinados às ME/EPP/MEI, o critério de preferência será oferecido:
 - I - Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas local.
 - II - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas regional.
 - III - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas estadual.
- c)** para efeito do item anterior, considera-se:
 - I – Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Cacoal;
 - II – Entende-se por Regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião de Cacoal, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; quais sejam; Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste.
 - III – Entende-se por Estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.

9.9.3. JULGAMENTO DA PROPOSTA.

- 9.9.3.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 9.9.3.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.



- 9.9.3.3.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 9.9.3.4.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 9.9.3.5.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 9.9.3.6.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 9.9.3.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) Contiver vícios insanáveis.
 - b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos.
 - c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação
 - d) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
 - e) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 9.9.3.8.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- a) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - b) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



- c) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- d) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- e) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- f) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.9.3.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.9.3.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9.3.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9.3.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa eletrônica.

9.9.3.13. É facultada ao agente de contratação, em qualquer fase da dispensa, proceder a promoção de diligência ou verificações destinadas a esclarecer ou complementar a instrução processual.

10. HABILITAÇÃO.

10.1. O fornecedor detentor da melhor proposta deverá apresentar os documentos de habilitação elencados **no ANEXO I** deste aviso, em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo estabelecido pelo Agente de Contratação.

10.2. Serão inabilitados os fornecedores que não comprovarem sua habilitação ou que apresentarem documentação em desacordo com as exigências estabelecidas. Na hipótese de inabilitação, o órgão examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações e às condições de habilitação.

10.3. O fornecedor enquadrado como MEI, que pretenda auferir os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, está dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11. VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E CONSÓRCIO.



- 11.1. É expressamente vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto da presente contratação, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.2. A vedação decorre da natureza técnica, artística e personalíssima dos serviços, que exigem atuação direta da empresa contratada e da equipe musical apresentada na fase de habilitação. A execução indireta por terceiros comprometeria a padronização artística, a qualidade técnica das apresentações e a compatibilidade musical necessária ao acompanhamento dos participantes do FERCACAU.
- 11.3. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que o objeto não apresenta alta complexidade técnica ou vulto econômico que justifique essa modalidade associativa.
- 11.4. A inobservância destas disposições ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

12. CONTRATAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA.

- 12.1. Após a adjudicação e homologação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta-Contrato/Autorização de Execução de Serviço), sob pena de decair do direito à contratação.
- 12.2. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.
- 12.3. O contrato terá prazo de vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura, ficando o início da execução condicionado à emissão da respectiva Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.
- 12.4. A execução dos serviços terá início impreterivelmente em 24 de junho de 2026, às 08h00min, com o comparecimento da contratada no Município de Cacoal/RO para início dos ensaios técnicos, encerrando-se ao término das apresentações do dia 28 de junho de 2026.
- 12.5. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13. DO PAGAMENTO.

- 13.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, mediante depósito em conta indicada pela contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Cultura,



sendo efetuadas as retenções tributárias e contribuições previstas na legislação vigente.

- 13.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias, apresentadas à contratante para fins de atesto, devendo conter a descrição do objeto, o número do processo/contrato e os dados bancários da contratada (vinculados ao CNPJ da empresa).
- 13.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada das certidões comprobatórias de regularidade fiscal, social e trabalhista perante os órgãos competentes, nos termos do **item 19.1.7 do Termo de Referência**.
- 13.4. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será acrescido de atualização monetária mediante aplicação do IGP-M, calculada entre a data prevista para pagamento e a do efetivo adimplemento.
- 13.5. Havendo erro, inconsistência ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido à contratada para as devidas correções, ficando o pagamento suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a contratante.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei Nº14.133/2021, o contratado que incorrer nas seguintes condutas:

- i. Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- ii. Deixar de entregar documentação exigida;
- iii. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- iv. Não celebrar o contrato ou não entregar documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- v. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- vi. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- vii. Fraudar a contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- viii. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- ix. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Serão aplicadas as seguintes sanções, observado o princípio da proporcionalidade:

- x. Advertência – para infrações de menor gravidade (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);



- xi. Multa – não inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato, aplicável a qualquer infração (art. 155 c/c art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021);
- xii. Impedimento de licitar e contratar – pelo prazo máximo de 03 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- xiii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar – pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos, para os casos mais graves (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a rescisão do contrato (art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021). As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e não excluem a obrigação de reparação integral do dano. A aplicação será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 15.1. O procedimento será divulgado no site www.licitanet.com.br, no portal de transparência da Prefeitura Municipal de Cacoal e no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 15.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados, ou a dispensa restar deserta, a Administração poderá: (i) republicar o aviso com nova data; (ii) valer-se de proposta obtida na pesquisa de preços; ou (iii) fixar prazo para adequação das propostas ou da documentação de habilitação.
- 15.3. Em caso de divergência entre disposições deste aviso e de seus anexos, prevalecerão as disposições do aviso. Os casos omissos serão dirimidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado.
- 15.4. Os horários estabelecidos neste procedimento observarão o horário de Brasília/DF. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente.
- 15.5. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Cacoal/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.6. DO CONTRATO.

- a) Fica expressamente estabelecido que o instrumento de contrato formal, a ser celebrado em decorrência desta licitação, não possui aplicabilidade ou vinculação para as contratações que a Administração Pública venha a realizar por meio de dispensa de licitação em razão do valor.
- b) Conforme o Art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses de dispensa de licitação em razão do valor, a Administração Pública poderá substituir o



instrumento de contrato por outros documentos hábeis, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, entre outros, garantindo-se a formalização exigida pela legislação.

- c) As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Cacoal/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

- 16.1. Os requisitos legais, normativos e técnicos aplicáveis ao objeto, bem como as obrigações da contratada e da contratante, o regime de subcontratação e demais condições de execução encontram-se detalhados no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA (Processo Eletrônico nº 7903/2026), o qual integra o presente instrumento para todos os fins de direito.

17. ANEXO.

ANEXO I – Documentação Exigida para Habilitação e Declarações (Anexo I-A – Declaração Conjunta);

ANEXO II – Termo de Referência (Processo Eletrônico nº 7903/2026);

Cacoal/RO, 08 de junho de 2026.

JHONATHAN CARDOSO SILVA
Agente de Contratação/Pregoeiro(a)
Portaria nº 011/PMC/2026.



ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES

Dispensa Eletrônica nº 000/2026 | Processo Eletrônico nº 7903/2026.

Para fins de habilitação, a empresa interessada deverá apresentar os documentos a seguir, compatíveis com a natureza do objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021. A documentação deverá ser encaminhada via sistema eletrônico (www.licitanet.com.br), em formato digital, após encerramento da fase de lances, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação.

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA.

- a. Cédula de identidade do(s) sócio(s) administrador(es) da empresa;
- b. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c. Ato constitutivo, estatuto social, contrato social em vigor ou sua consolidação e posteriores alterações, devidamente registrados na Junta Comercial competente; no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata de eleição de sua atual administração;
- d. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, ativo;
- e. Documento oficial de identificação com foto e CPF do representante legal da empresa.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA.

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ativo e dentro do ramo de atividade compatível com o objeto;
- b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), pertinente ao seu ramo de atividade;
- c. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, Seguridade Social e Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- d. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- e. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- f. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal (art. 195, § 3º, da CF/1988);
- g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo TST (ou positiva com efeito de negativa);



- h. Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo aprendiz a partir de 14 anos).

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- a. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão para a execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação (prestação de serviços artísticos musicais em eventos de similar natureza), com desempenho satisfatório;
- b. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa proponente. Quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado, a assinatura deverá conter reconhecimento de firma por autenticidade;
- c. O licitante poderá ser convocado, a título de diligência, a apresentar notas fiscais, cópias de contratos, endereço da contratante e local de execução do objeto, ou outros documentos pertinentes à comprovação da legitimidade dos atestados.

4. COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL E OPERACIONAL.

- 4.1. A licitante deverá apresentar declaração de que dispõe de capacidade operacional, logística e técnica suficiente para a execução integral do objeto, responsabilizando-se por.
- a. Transporte da equipe e dos instrumentos musicais;
 - b. Alimentação e hospedagem dos músicos, quando necessário;
 - c. Cumprimento dos horários definidos pela organização do evento;
 - d. Realização dos ensaios prévios exigidos no Termo de Referência, iniciando em 24/06/2026 às 08h00min;
- 4.2. Substituição imediata de integrante impossibilitado de participar da apresentação, sem prejuízo da qualidade técnica dos serviços.

5. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO.

- 5.1. A licitante deverá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições de execução dos serviços, especialmente quanto:
- a) À programação oficial da 5ª CAFECAU e do FERCACAU;
 - b) Aos horários de ensaios e apresentações;
 - c) Às condições estruturais do local do evento (Complexo Beira Rio e demais espaços indicados pela SEMC);



- d) À necessidade de compatibilidade musical para acompanhamento dos candidatos participantes do festival.



ANEXO I-A

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Dispensa Eletrônica nº 000/2026 | Processo Eletrônico nº 7903/2026

_ (razão social da empresa), CNPJ nº _____, estabelecida
no(a) _____, neste ato
representada pelo(a) Sr.(a) _____
(cargo/função na empresa), portador(a) de CI/RG nº _____, CPF nº
_____,

DECLARA, para fins de participação na Dispensa Eletrônica nº 007/2026 da Prefeitura Municipal de Cacoal/RO, sob as penas da lei:

DECLARAÇÃO I – INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO II – ENQUADRAMENTO (marque o que se aplica):

- ☐ Microempreendedor Individual – MEI
☐ Microempresa – ME
☐ Empresa de Pequeno Porte – EPP
☐ Não se declara ME/EPP para fins de usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARAÇÃO III – PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

Que possui pleno conhecimento do objeto da presente dispensa eletrônica e concorda com todas as exigências contidas no aviso e seus anexos.

DECLARAÇÃO IV – RESPONSABILIDADE PELAS TRANSAÇÕES NO SISTEMA

Que a empresa se responsabiliza pelas transações efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras.

DECLARAÇÃO V – CUMPRIMENTO DO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991

Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado; que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência



ou para reabilitado da Previdência Social; e que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação (art. 93 da Lei nº 8.213/1991).

DECLARAÇÃO VI – CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

Que não contrata menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 14 (quatorze) anos de idade, salvo na condição de aprendiz (art. 7º, XXXIII, da CF/1988).

DECLARAÇÃO VII – CUMPRIMENTO DO ART. 63, IV DA LEI Nº 14.133/2021

Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARAÇÃO VIII – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

Que dispõe de capacidade operacional, logística e técnica suficiente para a execução integral do objeto, conforme as condições descritas no Termo de Referência, responsabilizando-se por todos os custos de transporte, alimentação, hospedagem, instrumentos musicais e equipamentos de som necessários à execução dos serviços.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Nome: _____

Cargo/Função: _____

CNPJ: _____

Complexo Beira Rio – R. São Francisco S/N – Bairro: Industrial – Cacoal/RO – CEP: 76967-710 | (69) 3907-4093 |
cacoal.pregoeiros@gmail.com



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA (DIPONÍVEL PARA DOWNLOAD)

<https://transparencia.cacoal.ro.leg.br/portaltransparencia/1/licitacoes>

<https://pncp.gov.br/>

www.licitanet.com.br

